



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000563-69.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Levantamento de Valor**  
 Exequente: **Neusa Aparecida Baglio Fernandes**  
 Executado: **'Banco do Brasil S/A**

Prioridade Idoso  
 Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

**NEUSA APARECIDA BAGLIO FERNANDES**, já qualificada, ajuizou ação de Cumprimento de Sentença contra **BANCO DO BRASIL**, também qualificado, alegando que é credora do requerido da quantia de R\$ 163.102,70 representada pelo título judicial da Ação Civil Pública nº 16798-9/98 do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Pediram a citação da requerida para pagamento da quantia.

Houve o diferimento do recolhimento das custas (fl. 124).

O executado, citado (fl. 129), garantiu o juízo e ofereceu impugnação (fls. 143/178).

Réplica às fls. 182/189.

Às fls. 193/194 a exequente se manifestou sobre a prescrição (fls. 193/194).

**É o relatório.**  
**DECIDO.**

O título que aparelha a execução não ostenta executividade, uma vez que se encontra prescrito.

A ação civil pública foi ajuizada no ano de 1993, e a sentença foi proferida em 06/11/1998, transitando em julgado em 27/10/2009, conforme se vê da certidão de objeto e pé juntada, sendo este o termo inicial do prazo prescricional.

O prazo prescricional para a hipótese de execução individual lastreada em ação civil pública é quinquenal conforme decidiu o Eg. Superior Tribunal de Justiça:

*"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL DA EXECUÇÃO INDIVIDUAL. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA DO PROCESSO DE CONHECIMENTO TRANSITADA EM JULGADO. INAPLICABILIDADE AO PROCESSO DE EXECUÇÃO.*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. TESE CONSOLIDADA. 1.- Para os efeitos do art. 543-C do Código de Processo Civil, foi fixada a seguinte tese: "No âmbito do Direito Privado, é de cinco anos o prazo prescricional para ajuizamento da execução individual em pedido de cumprimento de sentença proferida em Ação Civil Pública". 2. - No caso concreto, a sentença exequenda transitou em julgado em 3.9.2002 (e-STJ fls. 28) e o pedido de cumprimento de sentença foi protocolado em 30.12.2009 (e-STJ fls. 43/45), quando já transcorrido o prazo de 5 (cinco) anos, estando, portanto, prescrita a pretensão executória".*

Com efeito, o pedido de cumprimento de sentença somente foi distribuído em 23/02/2016, ou seja, após o lastro de cinco anos do trânsito em julgado da ação civil pública, estando, portanto, prescrita a pretensão executória.

Assim, é de rigor a extinção do feito, salientando-se que a prescrição é matéria que pode ser conhecida de ofício, conforme disposto no artigo 219, § 5º, do Código de Processo Civil (Apelação Cível nº 990.10.036655-6, 20ª Câmara de Direito Privado do TJSP, Rel. Desembargador REBELLO PINHO).

No tocante à alegada interrupção da prescrição, entendo, não obstante posições em contrário, não ter o Ministério Público legitimidade para tutelar direitos individuais disponíveis, como no presente caso, motivo pelo qual fica afastada a tese de que a prescrição não ocorreu.

Isto posto, reconheço a prescrição, e **JULGO EXTINTO** o pedido inicial, com exame do mérito, com fundamento no artigo 487, inciso II, do Código de Processo Civil.

Descabida a condenação em honorários advocatícios em impugnação ao cumprimento de sentença.

Por ora, a quantia depositada continuará atrelada a esses autos.

Com o trânsito em julgado, intime-se a parte autora para o recolhimento das custas da demanda, haja vista que lhe foi concedido apenas o diferimento dos recolhimentos (fl. 122).

Oportunamente, arquivem-se.

P.R.I.

**MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**

Juiz de Direito  
(assinado digitalmente)

São Carlos, 10 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**